

CARTA DE MONÇÃO & MELGAÇO

Nós, cidadãos europeus, representantes da Rede de Vilas Cidadãs da Europa, promotora do projeto “Memória, Emigração, Imigração, Integração, a grande questão do Viver juntos”, no âmbito do programa « Europa dos Cidadãos », propomos esta Carta de Monção & Melgaço, documento que fecha o ciclo de encontros e debates internacionais deste projeto, temos consciência dos desafios colocados pelas migrações e pelos refugiados às nossas comunidades locais, aos nossos países, à união Europeia e ao mundo. Ao longo dos últimos anos reunimo-nos em diferentes países, nas vilas e cidades que representamos, na convicção de que só se pode construir uma melhor Europa, se cada um dos seus cidadãos, desde as comunidades locais, assumirem os seus direitos e responsabilidades. Ao longo destes anos reflectimos sobre os migrantes e refugiados; visitamos locais europeus marcados por eventos históricos relacionados com as migrações e os refugiados. Neste projeto guiamo-nos pelo valor da participação cívica dos cidadãos na construção da União Europeia, dentro dos valores da democracia, da diversidade, da pluralidade e da solidariedade.

Desta experiência foi-nos possível constatar que a humanidade é uma comunidade migrante. Somos todas e todos migrantes ou descendentes de migrantes. Daí constatarmos que a busca de uma vida melhor e oportunidades melhores, para além do sonho de cada pessoa, é um direito humano.

Durante este tempo podemos ver que tanto entre os defensores, como entre os opositores às migrações, existem respostas simplistas para os desafios colocados pelos migrantes e refugiados. Verificamos que o compromisso social para com os migrantes e refugiados, nas comunidades locais, deve obrigar a um contínuo estudo, reflexão e inovação. A complexidade da diversidade humana, as diferenças nas origens e tradições, não são problemas inultrapassáveis, mas uma das maiores oportunidades para criarmos a consciência de pertença a uma cidadania global, que a todos co-responsabiliza. As respostas aos desafios não estão apenas nas sociedades de acolhimento. Elas nascem da compreensão mútua, da negociação equilibrada e equitativa, do respeito e valorização do desenvolvimento pacífico da comunidade humana. Apesar de condenarmos, compreendemos como se manifestam e agravam os receios, medos e recusa do estranho, nas crescentes atitudes xenófobas e marginalizadoras. Não aceitamos, contudo, a afirmada incapacidade de superar preconceitos, a classificação e exclusão social criadas na evidência das diferenças dos costumes, cor e crenças. Somos conscientes dessas diferenças e de como elas são usadas nos processos sociais de construção dos preconceitos.

As nossas sociedades são, desde há muito tempo, sociedades abertas. E é na pertença, na condição de cidadãos, a sociedades abertas que os membros das nossas comunidades locais constroem a democracia e preservam o Estado de Direito. Para a defesa do Estado de Direito e desenvolvimento da democracia é fundamental a participação e representação de todos os cidadãos e aceitação das diferenças. A comunidade cidadã, consciente da sua responsabilidade no respeito e valorização da diferença, só é possível quando vive essa diferença e a integra nas estratégias de desenvolvimento social.

Devido aos vários fóruns realizados por esta rede, estamos convictos que o desenvolvimento de uma comunidade cidadã, onde todos participam e todos têm direito a uma melhor qualidade de vida, deve suscitar a partilha de conhecimento e de experiências. Verificamos nos encontros internacionais,

realizados nas vilas e cidades onde vivemos, que as respostas aos desafios colocados às nossas comunidades, se as queremos eficazes, encontram-se em micro-experiências e em práticas inovadoras. São elas o prenúncio da comunidade cidadã que alvejamos. Assim

1. Enquanto representantes de comunidades que viveram a experiência migratória e têm uma história de acolhimento de refugiados, que enriqueceu a nossa cultura e economia, **propomos** aos governos e às organizações internacionais, como a União Europeia, o incentivo a projetos que facilitem a partilha da história das sociedades locais, das suas experiências com migrantes e refugiados;
2. **Defendemos** que nestes projetos e eventos os cidadãos devem ser chamados a participar, para tomarem consciência de que os desafios atuais são comuns a outras comunidades, apesar das diferenças históricas e culturais;
3. **Defendemos** que autoridades locais, mesmo tendo o dever de promover a cultura e a história das suas comunidades, devem fazê-lo dentro da construção de uma comunidade cidadã aberta, onde a cidadania global seja um objetivo sempre presente;
4. **Desafiamos** as autoridades locais e a comunidade cidadã a conjugar esforços para, nos projetos culturais e educativos, criar uma comunidade fundada na diversidade cultural, no respeito pelas instituições e sistemas democráticos participativos, ao serviço da equidade social, da justiça e do respeito universal pelos direitos humanos, onde migrantes e refugiados estejam integrados. Nestes projetos educativos devem constar os temas da proteção ambiental, da diversidade de género, de etnia, de cultura e de religião.
5. **Afirmamos** que é no conhecimento e partilha das diferenças, vivendo na comunidades dos cidadãos, onde podemos construir uma nova comunidade global. Mais do que uma comunidade acolhedora, propomos uma comunidade cidadã, onde a qualidade de 'estrangeiro' (no sentido de estranho) está em todos e cada um dos seus membros. Cada um é chamado a descobrir, conhecer e contribuir para o bem-estar de todos.
6. **Acreditamos** que se deve pensar os desafios das migrações e dos refugiados no âmbito de todo o seu ciclo social, político e económico, desde a origem destes fenómenos às consequências e respostas. As comunidades locais, na qualidade de comunidades cidadãs globais, devem estar conscientes de que os desafios e responsabilidades que enfrentam, na relação com novos migrantes e refugiados, está muito para além das suas experiências, vividas localmente;
7. **Defendemos** direitos fundamentais para os imigrantes classificados em situação irregular, como direitos fundamentais da pessoa humana, seja qual for a situação legal onde se encontre: o direito à dignidade, o direito das crianças à educação, o direito a um trabalho digno, para a autonomia do indivíduo ou agregado familiar; o direito a cuidados de saúde e a medicamentos necessários; o direito a recorrer ao sistema de justiça e a uma justiça imparcial.
8. **Encorajamos** os migrantes e refugiados a acreditarem nas suas capacidades e na realização dos seus sonhos e projetos de vida.
9. **Denunciamos** os processos de desumanização do outro, nascidos do desconhecimento.

Desta forma, iniciativas e eventos que promovam encontros entre pessoas, sobretudo entre educandos, de culturas diversas, de diferentes etnias e religiões, devem ser uma constante preocupação das autoridades locais, nacionais e internacionais, de forma a criar uma sociedade futura mais justa, equitativa, participativa, sustentável e pacífica.

10. **Denunciamos** a criminalização das migrações, os alarmismos infundados, a informação distorcida, todas as violações aos direitos humanos de migrantes e refugiados, incluindo o tráfico de pessoas e a exploração do trabalho.

Nós, representantes de comunidades locais, promotores do projeto “Memória, Emigração, Imigração, Integração, a grande questão do Viver juntos”, no âmbito do programa « Europa dos Cidadãos », estamos conscientes de que partilhamos um destino comum. A nossa diversidade cultural é uma preciosa herança e um bem para o nosso desenvolvimento local. Mas é no conjunto da complexidade e diversidade cultural dos povos da terra que iremos encontrar a dignidade inerente a todos os seres humanos e o potencial ético, político e espiritual para construir o destino comum. A luta de cada um pelo poder afirmar a sua cultura, pela liberdade e pelo conhecimento, responsabiliza a todos.

Como signatários desta Carta, cidadãos da União Europeia, manifestamos o desejo de que o sonho do Bem Comum, da felicidade de todos, oriente a política europeia e seja a prática da comunidade cidadã que queremos construir na União Europeia e ao serviço da União Europeia.

Monção & Melgaço, 6 de abril de 2019.

OS SIGNATÁRIOS

 Aucanville	 Brzeziny Campagne	 Brzeziny Ville	 Lavelanet
 Melgaço	 Monção	 Morsano al Tagliamento	 Montgiscard
 Salgareda	 St-Alban	 Tarascon sur Ariège	

